


ID: 19	Reconquista	Tiragem: 11 000	Página: 30	
Data: 27.04.2023		País: Portugal		
		Âmbito: regional		
		Periodicidade: semanal		

#### IDANHA-A-NOVA

## “E tudo o vento levou”

Na edição do passado dia 23/03/2023 do jornal Reconquista foi publicado um artigo por mim subscrito intitulado “a ciclovia de Idanha-a-Nova” em que, em síntese, dava conta da precariedade/inexistência de transportes públicos no concelho de Idanha-a-Nova e alertava para um extraordinário investimento que a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova se encontra a realizar numa “CICLOVIA” que liga Idanha-a-Nova a Idanha-a-Nova e que tem um custo aproximado de UM MILHÃO E MEIO DE EUROS.

Em resposta a tal artigo veio o Sr. Dionísio, Presidente da Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, na v/edição de 30/03/2023, tecer um conjunto de comentários em que conclui “sim, vamos ter uma ciclovia com via pedonal porque merecemos e porque queremos qualidade de vida”. Neste artigo, o Sr. Dionísio, faz um conjunto de afirmações que não deixam de merecer, agora, da nossa parte, um conjunto breve de considerações e como se segue.

Idanha-a-Nova é um concelho rural, de grande disparidade geográfica, com uma área de 1,414 km<sup>2</sup>, 6,3 hab./km<sup>2</sup>, e com uma população extremamente envelhecida e dependente. Se o Sr. Dionísio fosse um pouco mais culto e inteligente saberia que as necessidades básicas da população rural, envelhecida e dependente de Idanha-a-Nova são, entre muitas outras, a prestação de cuidados de saúde que se traduz em ter os centros de saúde e suas extensões abertas com médicos e demais pessoal clínico; é ter o Serviço Nacional de Saúde público, universal e tendencialmente gratuito implantado no território e junto de si e a quem pode recorrer em caso de necessidade; é ter transportes públicos adequados e com a frequência necessária que permitam a sua mobilidade dentro concelho e para fora do concelho; é ter os necessários quartéis e militares das forças de segurança devidamente implantados e distribuídos pelo território por forma a assegurar devidamente a sua segurança pessoal e do seu património; é ter economia, empresas e emprego para assegurar o desenvolvimento económico do concelho e permitir que os seus filhos e netos permaneçam no território a trabalhar e viver, junto de si, e não tenham que emigrar.

Se o Sr. Dionísio tivesse algum pudor manifestava a sua indignação e revolta por uma obra que escarnece das necessidades mais básicas da população de Idanha-a-Nova e ridiculariza as suas naturais pretensões e ambições. Ao contrário do Sr. Dionísio, o que dá qualidade de vida é a satisfação de tais necessidades, que são básicas, e não uma obra que mais não revela que um provincianismo bacoco (e porque não um parque de estacionamento subterrâneo sob

a praça do município, um “shopping center” nos “loulões ou uma roda gigante no Rosmaninhal...!?) e se traduz numa ciclovia absolutamente desnecessária e que vai custar ao orçamento municipal e ao contribuinte cerca de UM MILHÃO E MEIO DE EUROS.

Se o Sr. Dionísio fosse um pouco mais sério e honesto não tentava esconder a precariedade dos transportes públicos no concelho de Idanha-a-Nova e a sua inexistência em múltiplas situações como é o caso, designadamente, dos fins-de-semana e a partir do entardecer. É uma evidência pública e conhecida de todos e resulta desmentido o Sr. Dionísio por um abaixo-assinado recentemente subscrito por 200 estudantes da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova.

Se o Sr. Dionísio tivesse estudado um pouco mais e tivesse adquirido outros conhecimentos saberia que a mobilidade é um factor essencial para o desenvolvimento económico de uma região.

Se o Sr. Dionísio fosse um pouco mais consciente não desdenhava a realidade de que Idanha-a-Nova, de acordo com o Censos 2021, é um concelho que tem apenas 8.340 habitantes e que nos últimos 20 anos (período de tempo em que o actual Presidente da Câmara permanece no exercício de funções no executivo municipal) perdeu 38,65% da sua população, mais de um terço da população.

Se o Sr. Dionísio fosse um pouco mais lúcido perceberia que embora existam motivos externos para o êxodo das populações tal não é uma inevitabilidade e a verdade é que a actual administração municipal mostrou-se absolutamente incompetente para reverter tal situação. Chamar à colação a guerra colonial e outros para justificar a perda de cerca de 40% população nos últimos 20 anos carece de fundamento, a não ser que se queira imputar tal êxodo também a Alcácer-Quibir e a D. Sebastião.

A verdade é que o êxodo foi não apenas de população mas também de instituições, empresas, emprego e economia. Faltou, ao que parece, a inclusão a que o Sr. Dionísio se refere no seu texto. Arvora-se, de seguida, o Sr. Dionísio, como um defensor da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova afirmando que “não serão algumas figuras (pavões, faisões ou falcões) que nos vão demover desta nossa vontade de ter e manter uma escola superior que faça aquilo para que foi criada”.

Com todo o respeito devido, é de referir que, em Idanha-a-Nova, a Escola Superior de Gestão talvez seja, na prática, a única instituição que não perdeu população, saber e competências; pelo contrário.

É se tal acontece deve-se a todos os professores que trabalham na

Escola Superior de Gestão e que ali leccionam e investigam e que ali desenvolvem as suas competências, aos professores que criam e promovem novas ofertas formativas, que escrevem e publicam artigos e livros com a chancela da ESGIN e do IPCB, aos professores que fazem parte de júris nas mais diversas instâncias, seja do Ensino Superior ou outras, e que divulgam, promovem e projectam o nome da Escola e de Idanha-a-Nova e da região a nível nacional e internacional, mas também aos funcionários não docentes pelo apoio administrativo que prestam bem como no auxílio a professores e alunos, constituindo-se preciosos auxiliares pedagógicos e sem os quais a Instituição não funcionaria, e que são, todos eles, o rosto principal na captação de alunos e de toda uma comunidade académica que resulta na valorização de toda a região e do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

São estes, no dizer do Sr. Dionísio, os “pavões, faisões e falcões” que ali trabalham, estudam, investigam, adquirem conhecimentos e desenvolvem as suas competências que asseguram as condições necessárias e exigíveis à permanência da ESGIN no concelho e muito contribuem para a economia da região.

Uma coisa é certa, não são, certamente, alguns “omitorrinco” que vão demover os “pavões, faisões e falcões” de tudo fazer em prol da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova e do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Se o Sr. Dionísio tivesse estudado mais um pouco e tivesse adquirido um pouco mais de conhecimentos e outras competências, se tivesse ido um pouco mais além da escolaridade e tivesse frequentado o Ensino Superior, se soubesse um pouco do funcionamento de uma instituição do Ensino Superior e soubesse melhor o que é uma Universidade ou um Instituto Politécnico, se tivesse feito investigação, escrito artigos, livros e outros, talvez pudesse falar e discorrer sobre a Escola Superior de Gestão e o Ensino Superior. Não é o caso. O conhecimento, a cultura, a formação, as competências adquirem-se com trabalho, estudo, esforço e dedicação, não se compram nem se inventam. Não é “Engenheiro” quem quer. Aconselha-me o Sr. Dionísio, no seu artigo, “a arejar a mente”. Talvez tenha razão. Depois de mais de trinta anos a exercer a advocacia pelas mais diversas instâncias nacionais e internacionais e de 27 anos de docência no Ensino Superior, entre múltiplas outras actividades.

Não é o caso, certamente, do Sr. Dionísio que tem uma mente tão arejada que pouco ou nada restou a tudo o vento levou.

José Pedro de Sousa  
(Um cidadão) (Em conformidade com antigo acordo ortográfico)